

ANÁLISE DE AUTOCONCEITO E AUTOCONTROLE DE CRIANÇAS BRANCAS E NEGRAS

Ícaro Batista Cerqueira¹
Gessica Lopes Dutra²
Ornan Santos dos Campos Matos³
Saulo Santos Menezes Almeida⁴

Resumo

O preconceito, ainda que de forma sutil, continua presente na sociedade e isso tem ainda afetado a sociedade. Neste sentido, a presente pesquisa busca questionar como as crianças respondem a essas questões do preconceito, e até que ponto o autocontrole e o autoconceito destas são acometidos. Para tanto, foram analisadas 100 crianças de duas escolas públicas, com idade entre 11 e 12 anos, sendo 47 meninos e 53 meninas. Os instrumentos utilizados foram o questionário de investigação do racismo e as escalas de avaliação do autoconceito e autocontrole. Os resultados mostraram que as crianças buscam uma maior identificação com a cor de pele “branca”, valorando os estereótipos a partir deste padrão, e o autoconceito e o autocontrole das crianças-avulsos do preconceito mostraram-se com níveis baixos.

Palavras-chave: Preconceito; Racismo; Autoconceito; Autocontrole.

Abstract

Prejudice, albeit subtly, remains present in society and this has still affected blacks. In this sense, the present research seeks to question how children respond to these questions of prejudice, and to what extent self-control and self-concept are affected. For that, 100 children from two public schools, aged between 11 and 12 years, were analyzed, being 47 boys and 53 girls. The instruments used were the research questionnaire on racism and the scales for the evaluation of self-concept and self-control. The results showed that the children seek a greater identification with the color of "white" skin, valuing the stereotypes from this standard, and the self-concept and the self-control were shown with low levels.

Keywords: Prejudice; Racism; Self-concept; Self-control.

Com as séries de mudanças ocorridas no mundo, principalmente, no que se referem às relações interpessoais, compreende-se que se modificam as estruturas sociais, gerando diversos conflitos intersubjetivos, como por exemplo, a luta pela igualdade de direitos das minorias sociais. Porém, a concepção de revolução social e cultural, mesmo que tida apenas como uma crença, coloca os indivíduos numa resoluta necessidade de “libertação” das normas sociais que acabrunham o seu processo gregário e civilizador (BOZON, 2004), já que ao mesmo tempo em que ocorre uma série de discursos, surge uma reação de luta pela legitimização e naturalização dos grupos inferiorizados (FOUCAULT, 1988).

É justamente em consequência desta atual situação social, que o ser humano começa a questionar seus papéis na sociedade para uma melhor definição de quem ele e o outro

¹ Universidade Salvador. E-mail: icaropsi@icloud.com

² Universidade Salvador. E-mail: gessica.dutra@gmail.com

³ Universidade Salvador. E-mail: ornanmatos@gmail.com

⁴ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade Salvador. E-mail: saulosma@hotmail.com

realmente são, despertando uma série de questionamentos sobre as relações interpessoais, e tendo o preconceito dentre os fenômenos sociais de notável modificação, que possui duas características principais, sendo uma, a generalização falha e/ou atitude que é sentida por indivíduos, e a expressão de comportamentos (LIMA, 2002).

Partindo então deste entendimento de que a sociedade é diretamente interferida pelas variáveis sociais e pelo preconceito, tomar-se-á do grupo das crianças negras para um estudo mais detalhado, analisando os níveis de autoconceito e autocontrole das crianças negras, a partir de um entendimento da sua identidade social, ressaltando o contexto em que esta está inserida, destacando a participação em um ambiente preconceituoso e/ou discriminatório devido à cor da pele.

Portanto, esta pesquisa pretende verificar como o preconceito tem afetado diretamente as relações interpessoais, analisando o autoconceito e autocontrole das crianças, verificando a autoidentificação das crianças e a percepção do preconceito entre elas, ou seja, a pesquisa busca investigar o quanto a identificação racial sofre inquietações devido o preconceito racial, e o quanto conseqüentemente tem repercussão no autoconceito e autocontrole da criança.

Destaca-se que o preconceito passa a ser um tema de grandes repercussões, estudos e discussões, a partir da década de 50 com a publicação do livro “A Natureza do Preconceito” de Gordon Allport (1954), onde ele mostra que o preconceito é uma atitude hostil frente a um grupo ou a um indivíduo por pertencer a este grupo. Desta forma o estudo do preconceito vem sendo abarcado dentro das suas mais diversas formas: sexismo, preconceito racial, homofobia e outros.

O preconceito pode, pois, ser definido como uma atitude negativa em relação a um indivíduo ou grupo com base nas relações ideológicas e representacionais assimétricas de poder social. Da mesma forma seria compreendido o preconceito racial e demais modalidades de preconceito, sendo, portanto, estreitamente vinculado à aprendizagem social (ALLPORT, 1954).

Tem se tornado lugar comum discutir o preconceito a partir de sua natureza basicamente social (CAMINO et al., 2002; CAMINO et al., 2004), resultando no distanciamento dos estudos científicos com uma visão do preconceito como uma propensão individual de personalidade ou de estilo cognitivo, sendo inquestionável a ideia de que tal construto é responsável por influenciar diretamente tanto os julgamentos sociais como as ações dos indivíduos, consistindo nisto em sua incomensurável relevância para as ciências políticas e sociais.

Neste sentido, além de uma formação subjetiva individual frente a outros grupos, a inserção social seria corresponsável pela formação de estereótipos e preconceito. Pode-se pensar, por exemplo, nas ideias e pensamentos criados ao se pensar em negros, índios, homossexuais e mulheres (minorias sociais) pelos grupos favorecidos socialmente, geralmente de cunho negativo e generalizados.

Vala, Brito e Lopes (1998), no entanto, discutem que as manifestações clássicas de discriminação estão diminuindo por causa das formas não tão explícitas de transmitir o preconceito. Essas novas formas emanam da formulação de leis que visam a beneficiar os grupos minoritários, que estão sempre à margem da sociedade. Esses conjuntos de leis tentam coibir manifestações e atitudes discriminatórias, penalizando aqueles que infringem (Lima, 2002), pois o preconceito aparece como um problema social, já que é uma atitude pejorativa baseada numa generalização errada. Porém, o que na verdade se percebe é uma conjuntura social onde as relações interpessoais assumidas na sociedade possibilitam que os grupos majoritários criem estratégias para expressão de sentimentos negativos contra as minorias sociais. De fato, como visto, diversos estudos indicam que, em lugar de uma possível diminuição, surgem novas e dissimuladas formas de expressão do referido fenômeno (FERNANDES et al., 2006; FERNANDES et al., 2008).

Ratifica-se, que o processo histórico, a partir do racismo estruturalizado na sociedade, apresenta-se através de relações raciais com um sistema sofisticado de classificação baseado tanto na aparência quanto na condição socioeconômica e região de residência, por um vocabulário racial, uma grande população mestiça, e padrões de relações verticais e horizontais desiguais, onde há uma intensa desigualdade de oportunidades e hostilidades abertas ou não, que salientam uma convivência amistosa em determinados espaços e circunstância (SILVA; ROSEMBERG, 2008).

Neste sentido questionam-se como as crianças, que também são participantes de um meio social, respondem a essas questões do preconceito. Como será que estas respostas se apresentam? Será da mesma forma que os adultos? E ele se dá de forma mais sutil ou flagrante? Sabendo que o preconceito é uma atitude que limita as possibilidades sociais e psicológicas dos indivíduos, o estudo torna-se salutar pela abertura da discussão do tema no meio científico e por suscitar possíveis alternativas de melhor atuação frente ao problema, que pode se apresentar desde os primeiros anos de vida.

Outra questão a ser levantada junto às crianças é que o ser humano pensa através de categorias, para uma melhor identificação dos objetos e pessoas. Essas categorias constituem

a base do preconceito (ALLPORT, 1954). Consoante, sabe-se que o preconceito racial não se refere apenas a doutrinas, mas também a atitudes e preferências, como gostos e valores estéticos (GUIMARÃES, 1999), portanto, categorias sociais. Logo, as crianças atravessadas por sentimentos e valores assumidos socialmente, também podem criar categorias para entender melhor os grupos, pessoas e objetos. Ao entender que o processo de exclusão racial está integrado a um processo de diferenças sócioeconômicas e culturais certifica-se nas crianças a ideia de que condições sociais e econômicas precárias são frutos da capacidade pessoal dos indivíduos afrodescendentes, sedimentando o preconceito racial a partir de categorias bem definidas e padronizadas socialmente: beleza, riqueza, inteligência, contato e proximidade.

Faz-se notar que para a pesquisa a ser apresentada também se destacarão dois aspectos que são de relevância na formação da criança: o autoconceito e o autocontrole. O autoconceito é um produto da interação entre a pessoa e seu meio ambiente, durante seu processo de construção social, acompanhado de uma avaliação de suas capacidades, realizações, experiências e representações, que começa a ser construído na infância e que sofre o impacto das opiniões dos outros, ressaltando ainda que os indicadores, assim como as informações que dão retorno positivo ou negativo, serão diferentes a depender do contexto social (família, escola ou meio social) (SISTO; MARTINELLI, 2004).

O autoconceito é composto por um componente cognitivo que diz respeito ao conjunto de características com o que a pessoa se descreve e que orienta seu modo habitual de ser e se comportar; um aspecto afetivo que diz respeito aos afetos e emoções que acompanham a descrição de si mesmo; e o aspecto comportamental que passa a ser influenciado diretamente pelo conceito que a pessoa tem de si mesma (SISTO; MARTINELLI, 2004).

O autoconceito social é definido pela percepção de aceitação social, sobre sua competência ou habilidades sociais (BLASCOVICH; TOMAKA, 1991). O autoconceito familiar é construído na relação com os membros de uma família, onde ocorre o estabelecimento de vínculos, que podem ser harmoniosos, afetivos e solidários ou carregados de raiva e ressentimentos, e segundo Allport (1962), é na interação com os pais que a criança percebe o que se espera dela, influenciando o autoconceito positivo e saudável e a existência de padrões que combinam limites claros e estritos com disciplina firme mas sem negligenciar o calor e afeto (SISTO; MARTINELLI, 2004).

O autoconceito escolar é sedimentado na troca de experiências com os professores e as outras crianças, modificando e construindo referenciais de análise do que se é capaz de

realizar. E o autoconceito pessoal é impactado principalmente pela aparência física que tem sido destacada como elemento indiscutível para a maior aceitação dos indivíduos pelo meio social, contribuindo para que sejam mais populares, tenham um tratamento preferencial, e tornem-se mais aceitos pelo grupo, entre outras vantagens percebidas (SISTO; MARTINELLI, 2004).

Quanto ao autocontrole, este pode ser definido como uma forma de controlar o próprio comportamento, geralmente em situações conflituosas, de acordo com padrões definidos pela sociedade (MARTINELLI; SISTO, 2006), com três características básicas: ter uma forma específica de aquisição, um desenvolvimento claro, e ser composto por uma seqüência definida de sub-comportamentos (SISTO; RUEDA, 2008).

Desta forma, fica clara a importância deste estudo que avalia a questão do autoconceito e o autocontrole, no desenvolvimento humano, especialmente em crianças, e ainda mais particularmente em crianças negras, já que as mesmas são alvos de preconceito e, ainda assim, demonstram grande capacidade de superar as adversidades (MASTEN, 2002).

MÉTODO

Amostra

A pesquisa contou com uma amostra de 100 crianças sendo 47 meninos e 53 meninas, com idade entre 11 (80 crianças) e 12 anos (20 crianças), sendo categorizados como negros. Essa categorização era feita através de juízes (pesquisador, professores e corpo administrativo da escola) que avaliavam a criança e definiam a cor numa escala que ia de 1 a 7, sendo que quanto mais se aproximava de 1, mais branca era a criança, e quanto mais se aproximava do valor 7, mais negra era a criança. Assim, as crianças foram abordadas em duas escolas do interior de Sergipe, onde estudam, da 3ª a 5ª série, sendo a maioria da 5ª série (91 crianças). Posteriormente, as crianças classificadas pelos juízes também puderam se autotransclassificar.

Instrumentos

1. Entrevista Estruturada: entrevista com crianças colhendo dados sociodemográficos, e principalmente, a questão da autoidentificação racial.

2. Investigação dos estereótipos raciais: as crianças foram convidadas a expor seus pensamentos acerca da associação das categorias sociais *beleza, riqueza, inteligência, bondade, contato e proximidade* frente aos três alvos (fotos de uma criança negra, outra morena e outra branca) apresentados em fotos. Salienta-se que estas fotos foram padronizadas e utilizadas em outros estudos anteriores, tais como os de França e Monteiro (2004). As perguntas foram dirigidas às crianças de forma padronizada e simples, utilizando as categorias *beleza, riqueza, inteligência, contato (brincar) e proximidade (adotar como irmão)*, uma por vez, e pedindo as crianças que escolham qual dos dois alvos se enquadraria melhor nos atributos determinados (ex.: Mostre as palavras que mais combinam com essa criança. Bonito () ou Feio ()? Essa palavra quer dizer uma coisa boa ou ruim?). Estas categorias foram escolhidas devido a fácil compreensão das crianças no que se refere à preferência social. A literatura mostra que essas categorias são as mais utilizadas historicamente nos discursos dos indivíduos para avaliar as pessoas e os grupos (FRANÇA; MONTEIRO, 2004; GUIMARÃES, 2004).

3. Escalas EFAC & EMAC - Escala Feminina de Autocontrole e Escala Masculina de Autocontrole (Martinelli & Sisto, 2006): estas escalas propõem avaliar dois fatores do autocontrole, quais sejam, autocontrole em relação a regras e condutas sociais (fator 1 no EMAC e fator 2 no EFAC) e autocontrole em relação a sentimentos e emoções (fator 2 no EMAC e fator 1 no EFAC), em crianças de 8 a 14 anos. Contém 30 questões na escala feminina e 31 questões na masculina, que retratam situações que podem ser vivenciadas pelas crianças e adolescentes no seu dia-a-dia, como, por exemplo, “fico muito nervoso quando tenho que falar para a classe” (autocontrole em relação a regras e condutas sociais), “fico irritado quando não sei fazer alguma coisa” (autocontrole em relação a sentimentos e emoções). É composto por uma escala Likert de três pontos (sempre, às vezes e nunca). As questões podem ser positivas ou negativas. Para as positivas, à resposta “sempre” são atribuídos 2 pontos, “às vezes”, 1 ponto e “nunca”, zero ponto. Para as questões negativas, “sempre” corresponde a zero ponto, “às vezes”, 1 ponto e “nunca”, 2 pontos.

Procedimentos e questões éticas

Depois de contatados, as escolas e os pais dos entrevistados foram responsáveis por determinar o local de entrevista e aplicação do questionário, que foi a própria escola da criança, em local reservado, com a presença somente do entrevistador. Levando em

consideração as necessidades específicas do local de coleta e à ética em pesquisas com seres humanos, especialmente quanto a questões de confidencialidade e voluntariedade, inicialmente, aconteceu a apresentação da pesquisa, seus objetivos e convite à participação voluntária, onde os responsáveis foram instruídos quanto ao preenchimento dos instrumentos e dos Termos de Consentimento Livre/Esclarecido e de Assentimento da criança. Preenchido o TCLE pelos responsáveis, e o Assentimento pelas crianças, os participantes puderam, assim, responder aos instrumentos.

Os entrevistados foram convidados a responder as escalas de avaliação do autocontrole e do autoconceito, e posteriormente, a entrevista individual e a investigação dos estereótipos raciais, numa duração total de cerca de 20 minutos para cada criança. As crianças eram convidadas a expor seus pensamentos acerca da associação das categorias sociais *beleza, riqueza, inteligência, bondade, contato e proximidade* frente aos três alvos (fotos de uma criança negra, outra morena e outra branca) apresentados em fotos. Sendo o pesquisador também psicólogo, cumpriu-se a observância da minimização dos riscos caso alguma criança apresentasse algum episódio emocional que exigisse um atendimento ou uma intervenção. Tendo como benefício a possibilidade de externalizar seus pensamentos e elaborá-los frente às fotofrafas, as crianças poderiam ser encaminhadas a atendimento particular feito pelo próprio psicólogo, caso houvesse necessidade.

Os dados apresentados pelas escalas foram analisados no programa estatístico SPSS através de uma análise de frequências simples e qui-quadrado (χ^2), junto com os dados coletados pela entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento aconteceram as análises das entrevistas, numa tentativa de verificar as autoidentificações que foram ressaltadas pelas respostas dadas pelas crianças. Para tanto, lançou-se mão de uma análise das frequências que serão descritas a seguir. Num segundo momento, é analisado como se configura o preconceito em meio às crianças, através da verificação dos estereótipos que as circundam e são internalizados. Posteriormente, é verificado como esta realidade social de preconceito e/ou discriminação afeta diretamente a construção do autocontrole e o autoconceito.

Dentre as diversas cores da pele auto-atribuídas pelas crianças destacam-se a Branca, com 31 sinalizações, e a Morena, com 49 sinalizações. Apesar de outras cores de pele

surgirem, estas duas autodeclarações foram responsáveis por 80% das escolhas das crianças, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Frequências da cor de pele autodeclarada

Cor da pele	Frequência
Branca	31
Café com leite	2
Cor de pele	1
Creme	1
Misturada	1
Morena	49
Moreno claro	8
Moreno marrom	1
Negra	1
Parda	4
Preta	1

Estes resultados mostram uma autodeclaração de cor diferente da esperada pelos juízes. Esta compreensão pode ser pensada em termos de uma realidade histórica de formação ideológica racial no Brasil, onde o mito de democracia racial e o “branqueamento” passam a significar a capacidade de absorver e integrar mestiços e negros, onde estes tinham que renegar a sua ancestralidade africana ou indígena, passando a ser observado como responsável pela criminalidade, com aspectos mentais, somáticos ou psicológicos inferiores. Esta formação ideológica ainda traz até os dias atuais essa imagem de que cor, status e classe estão intimamente ligados (GUIMARÃES, 1999).

Esta variedade de termos que definem a cor dos brasileiros tem sido explicada como evidência do caráter único do sistema de classificação racial brasileiro (TELLES, 2003), ou indicaria a inadequação do procedimento usado pelo IBGE nos censos demográficos e nas

PNADs, quando propõe as cinco categorias de cor/cor (ROCHA; ROSEMBERG, 2007). Mas, o que se sabe de verdade é que o vocabulário racial para definir a “cor da pele” penetrou o Brasil Colônia e se mantém até os dias atuais, sendo as mesmas escolhas de cor incluídas nas investigações populacionais, com pequenas variações, desde o primeiro censo demográfico de 1872 (ROCHA; ROSEMBERG, 2007).

Desta forma, destaca-se o grande número de autodeclarações de cor como morenas (58%) e brancas (31%), demonstrando essa associação negativa à categoria preto ou negro, buscando assim uma aproximação com o que é mais valorizado socialmente. Esta realidade faz com que haja, pois, uma busca por uma(s) identidade(s) mais valorizadas, assim como nos apresentava Tajfel (1981) ao afirmar que se o indivíduo ou o grupo é discriminado socialmente, este poderá buscar a estratégia de se aproximar do grupo mais aceito, adquirindo características deste grupo.

Ser socialmente definido como moreno representa uma vantagem, em relação aos que são socialmente definidos como preto-negro, pois a resguarda do preconceito racial entre crianças, e não a expõe num ritual de inferiorização com prováveis conseqüências para seu desenvolvimento psíquico, emocional, cognitivo e social (ROCHA; ROSEMBERG, 2007). Ainda que as crianças tenham tido um comportamento de evitar classificar-se, em sua maioria, como negras, em relação aos estereótipos atribuídos às crianças negras apresentadas nas fotos, estes foram mais positivos, sendo a única exceção a do estereótipo acerca da riqueza, onde a criança negra apresentada em foto foi vista como pobre (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Frequência da Atribuição de Estereótipos à criança Negra, Branca e a Si mesmo

Estereótipos		Branca	Negra	Si mesmo
Beleza	Bonita	58%	54%	92%
	Feia	42%	46%	08%
Inteligência	Inteligente	66%	77%	92%
	Burro	34%	23%	08%
Estudos	Estudioso	68%	68%	92%
	Não –estudioso	32%	32%	08%
Comportamento	Comportado	53%	53%	90%
	Briguento	47%	47%	10%
Bondade	Bonzinho	73%	70%	89%
	Malvado	27%	30%	11%

Pode-se observar, que em relação às crianças brancas, os estereótipos atribuídos, em sua maioria, foram positivos, ou seja, as crianças atribuíram mais valorização positiva aos estereótipos. Ao autoatribuir-se estereótipos, há também uma valorização positiva, o que se faz pensar numa identificação que se opõe ao que os juízes apontaram como sua cor ou numa tentativa de fuga da desvalorização social e preconceito. Enquanto, para as crianças negras os dados apontam uma inversão das atribuições, sendo apontados estereótipos como feio e, de maneira significativa, pobre ($\chi^2 = -,237$; $p < 0,05$).

Essa realidade faz pensar que nas suas relações raciais, o preconceito racial se configura levando em conta aspectos tanto físicos quanto sociais, como a aparência física da pessoa e a sua condição socioeconômica, não prevalecendo a descendência racial como fator determinante. Assim, as atitudes de preconceito racial no Brasil são situacionais, dependendo de outros fatores como a educação, a amizade, a estratificação social, entre outros (NOGUEIRA, 1985). Do mesmo modo, o processo de branqueamento funciona como um enfraquecedor da construção de uma “identidade negra”, onde a presença do “mulato” suaviza a linha racial entre “brancos” e “negros”, não favorecendo assim uma polarização em termos

de identidade racial, ou seja, os discursos da mistura podem ser interpretados pelas crianças de maneira positiva e serem aproveitados nos processos de auto-identificação.

A ideia do branqueamento não se reduz apenas à concepção segundo a qual o negro poderia ser transformado em branco, mas faz surgir uma gama de cor delimitada por estes dois pólos, o que impede a fixação de fronteiras rígidas, o que faz que qualquer escolha de cor terá um conteúdo ambíguo, definido pelo contexto social e interesses pessoais (HOFBAUER, 2006).

Conseqüentemente, o desejo de ser aceito por um grupo racial, no qual a crença dissimulada ou explícita na superioridade branca está muito presente, pode levar a pessoa a assumir crenças para tornar-se mais coerente com a aceitação do racismo, e o branqueamento e ascensão social podem aparecer como sinônimos, já que as crianças negras são socializadas em um contexto de uma maioria branca, e assim, mostram uma preferência para a cultura branca, ainda mais quando são confrontadas com as desvantagens econômicas e políticas, incluindo os riscos de saúde, pobreza e desemprego (SPENCER, 1987).

Este processo pode estar muito vinculado ao processo de miscigenação cultural no Brasil que produz mitos como o da democracia racial, onde a estratificação social é vista como a principal responsável pela discriminação, levando a uma ideia de exclusão social não por ser negro, mas por ser pobre, como nos confirma Camino et al. (2002), afirmando que a cor é central na definição no nível de classe do indivíduo.

Deste modo, as crianças com níveis baixos de autocontrole sofrem a possibilidade de ter dificuldades em controlar situações presentes no seu dia-a-dia em casa, com os amigos e na escola, como o cumprimento de deveres, rotinas e obrigações, e em controlar suas emoções diante de situações em que se veem obrigadas a desempenhar atividades ou enfrentar situações de confronto.

Tabela 3 - Frequências ou Percentuais dos níveis de Autocontrole (N=100)

Conceito	Autocontrole Social	Autocontrole Pessoal	Autocontrole Geral
Baixo	56%	42%	54%
Médio	41%	37%	40%
Alto	3%	21%	6%

Essa situação pode explicar a necessidade de se autodeclarar como brancas ou morenas como forma de evitar qualquer tipo de confronto e dificuldades que possam se apresentar devido à sua cor. A falta de autocontrole pela criança, pode assim obstruir o aprendizado e junto à rejeição pelos colegas leva ao aumento no risco de depressão e ao envolvimento com grupos de excluídos (PATTERSON et al., 1992).

Pode-se supor assim, que os maus tratos sejam físicos, psicológicos ou negligência, que negam o direito das crianças e adolescentes de serem tratados como sujeitos de direitos e com condição peculiar de desenvolvimento, até em questões de desvalorização social devido à cor, podem ser considerados como uma experiência negativa de vida ou um evento estressor traumático, pois provocam tensão, interferem nos padrões normais de resposta e relacionam-se a eventuais problemas psicológicos.

Os níveis de Autoconceito também apresentam um maior número de crianças que mostram ter um autoconceito baixo (56%) ou médio (41%).

Tabela 4 - Frequência dos níveis de Autoconceito (N=100)

Conceito	Autoconceito	Autoconceito	Autoconceito	Autoconceito	Autoconceito
	Pessoal	Escolar	Familiar	Social	Geral
Baixo	56	66	44	36	51
Médio	15	17	16	38	28
Alto	29	17	40	26	21

Este fato também demonstra que a ocorrência de as crianças se considerarem brancas ou morenas pode estar associada à questão da busca pelo grupo mais valorizado socialmente. Esta situação já nos é apresentada por Tajfel (1981) quando nos coloca que no processo de

construção social das identidades, o indivíduo busca estratégias de valorização do seu grupo ou tenta se aproximar do grupo mais valorizado. Assim, como as crianças entendem que se aproximar dos brancos traz em si uma valorização social e as deixam mais confortáveis e com sentimentos mais positivos, então, é estratégico buscar essa mobilidade social, ao menos no campo simbólico, mas apesar disso o autoconceito e o autocontrole das crianças entrevistadas nesta pesquisa se apresentaram médio ou baixo. Esta situação de aproximação com o grupo mais valorizado pode ser vista na questão das preferências, anteriormente apresentadas, onde estas preferiram as crianças brancas para serem irmãos ou amigos.

As crianças negras, então, aprendem a conhecer-se em relação às oportunidades e limitações do seu mundo social (imagens negativas, a relação marginal das minorias no processo de produção, uma privação de necessidades básicas econômicas), sendo que a cor e cor, em particular, continuam a ser questões inevitáveis na formação da identidade, reforçando uma tendência para elevar a própria condição da pessoa, criticando certas qualidades das massas ao invés de promover um reforço da identidade racial por si mesmo (SPENCER, 1987).

Para Bento (2002), mesmo em situação de pobreza, o branco ainda tem o privilégio simbólico da branquidão, e os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, e esse jargão repetitivo limita o racismo à classe social. Ainda assim, legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, e este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, pois interesses econômicos em jogo.

Quanto à beleza, lembra-se que esse processo histórico do racismo estruturalizado na sociedade, apresenta-se através de relações raciais com um sistema sofisticado de classificação baseado tanto na aparência quanto na condição socioeconômica e região de residência, conforme nos apresenta Silva e Rosemberg (2008) e Fernandes e Almeida (2008). Portanto, trazer à tona a questão da cor, traz em si diversas categorias que quando valoradas são sempre mais desfavorecidas para o negro, tais como a beleza e a riqueza. Nos discursos, por exemplo, das crianças entrevistadas nesta pesquisa, foi comum encontrar frases como “negro é feio” ou “preto é pobre”.

Pensando assim, acerca dos processos identitários destas crianças e sua repercussão psicossocial no autoconceito e no autocontrole, elas apresentam um discurso sobre si que não

equivale a realidade como um todo, já que o autoconceito e o autocontrole foram avaliados em vários contextos e não somente em relação a si. Vale pensar, desta forma, que a cor da criança interfere na construção de seu autoconceito e autocontrole.

A escolha da cor de pele traz à tona uma série de sentimentos que perpassam o entendimento da pessoa avaliada, sendo estes positivos, negativos ou neutros. Fazzi (2000), citado por Rocha & Rosemberg (2007), em pesquisa realizada com crianças de 6 a 14 anos em Belo Horizonte também ressalta que a negatividade associada à categoria preto-negro quanto à valorização da categoria morena, mostra que no discurso das crianças estas duas categorias são diferenciadas.

Neste caminho, as crianças negras apresentaram, assim, autoconceito e autocontrole médios e baixos, e esta situação abre a possibilidade da influência de que sendo negras procuravam se aproximar do grupo dos brancos, causando uma dissonância entre a sua cor de pele e a cor de pele autodeclarada e desejada, gerando um processo de identificação controverso e atitudes de neutralidade ou passividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e dos resultados encontrados, nota-se que o preconceito pode ser construído nas relações sociais e dissimulado através dela. Isto pode ser induzido pelos resultados que demonstraram que as crianças, ainda que negras, confirmam uma preferência pelo alvo branco e isso repercute automaticamente nos processos identitários, uma vez que elas, nos seus discursos, preferem, por exemplo, as crianças brancas para serem seus amigos por se parecerem com si mesmas. E esta identificação é então sentida nas relações sociais, familiares e escolares, como nos demonstraram os níveis de autoconceito e no autocontrole.

É bom lembrar que a presente pesquisa apresenta limitação quanto à amostra que se reduz a crianças de uma realidade social semelhante, o que dificulta a generalização destes resultados, além de que far-se-ia necessário também uma comparação com o grupo de brancos a fim de que se pudesse ratificar a diferenciação do autoconceito e do autocontrole ente estes. Porém, os resultados evidenciaram que o preconceito racial, apesar das diversas leis e normas sociais que determinam a ilegalidade ou imoralidade da discriminação racial, pode continuar a ser instigado e camuflado no meio social, como forma de manutenção de “*status quo*” e defesa dos grupos majoritários. Portanto, vê-se a necessidade de novas pesquisas que ampliem o número de entrevistados, em outras regiões do país, a fim de subsidiar novos grupos de

discussão sobre o preconceito, o racismo e identidades raciais e suas possíveis repercussões no desenvolvimento humano, levando em consideração as limitações deste estudo, já apresentadas anteriormente.

REFERÊNCIAS

ALLPORT, G. W. **La naturaleza del prejuicio**. Buenos Aires: Eudeba, 1962.

ALLPORT, G.W. **The nature of prejudice**. Cambridge, MA: Addison-Wesley, 1954.

BLASCOVICH, J., & TOMAKA, J. Measures of self-esteem. In: J. Robinson, P. Shaver, & L. Wrightsman (Eds.), **Measures of personality and social psychological attitude**. New York: Academic Press, 161-194, 1991.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

CAMINO, L., DA SILVA, P., & MACHADO, A. As novas expressões do preconceito racial no Brasil: estudos exploratórios. In: LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. **Estereótipos, preconceito e discriminação**. Salvador: EDUFBA. 2004.

CAMINO, L., SILVA, P., MACHADO, A., & PEREIRA, C. A face oculta do preconceito racial no Brasil: uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, v. 1, 13-36, 2002.

CHECCHETTO, F. & MONTEIRO, S. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 14, 199-218, 2006.

FERNANDES, S. C. S., & ALMEIDA, S. S. Mensuração e análise dos níveis de orientação à dominância social. **Psicologia em foco**, v. 1, 2008.

FERNANDES, S. C. S.; DA COSTA, J. B.; CAMINO, L., & MENDOZA, R. Orientação à dominância social – estudo empírico sobre o preconceito em uma amostra de estudantes universitários do curso de psicologia da cidade de João Pessoa. **Cadernos de Psicologia – UFS**, v. 3, p. 135-149, 2006.

FERNANDES, S.; ALMEIDA, S.; NASCIMENTO, C. Análise do preconceito racial em uma amostra de crianças brancas de 5 a 8 anos de idade. **Psico**. Porto Alegre, v. 39, p. 441-447, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCA, D. X. & MONTEIRO, M. B. As novas expressões de preconceito racial na infância. **Análise Psicológica**, v. 4, p. 705-720, 2004.

GUIMARAES, A. S. A. Combatendo o Preconceito racial: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 39, 1999.

GUIMARAES, A. S. A. Preconceito de cor e preconceito racial no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 47, p. 9-43, 2004.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

LIMA, M. E. O. **Normas sociais e racismo**: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros. Tese (Doutorado) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal, 2002.

MARTINELLI, S. C., & SISTO, F. F. **Escalas Feminina e Masculina de Autocontrole**. São Paulo: Vetor, 2006.

MASTEN, A.S. Ordinary Magic: Resilience processes in development. **American Psychologist**, v. 56, n. 3, p. 227-238, 2002.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem – sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco; estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1985.

PATTERSON, G. R., REID, J., & DISHION, T. **Antisocial boys**. Eugene: Castalia, 1992.

ROCHA, E., & ROSEMBERG, F. Auto-declaração de cor/cor entre escolares paulistanos(as). **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 759-800, 2007.

SILVA, P. V. B. & ROSEMBERG, F. Brasil: lugares de brancos e negros na mídia. In DJIK, T. A. V. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

SISTO, F. F., & RUEDA, F. J. M. Estudo sobre as relações entre Autocontrole e Traços de Personalidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, p. 369-380, 2008.

SISTO, F.F., & MARTINELLI, S.C. **Escala de autoconceito infanto-juvenil (EAC-IJ)**. São Paulo: Vetor Editora Psico-pedagógica, 2004.

SPENCER, M. B. Black children's ethnic identity formation: risk and resilience of castelike minorities. In Phinney, J. S. & Rotheram, M. J. **Children's Ethnic socialization: pluralism and development**. United States of America: Sage Publication, 1987.

TAJFEL, H. **Human Groups and Social categories**: studies in Social Psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**. Rio de Janeiro: Lumará, 2003.

VALA, J.; BRITO, R.; LOPES, D. **Expressões dos racismos em Portugal**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.